

Trajetórias de vida de travestis e transexuais de Belo Horizonte: Ser “T”¹ e “Estar Prostituta”

Life trajectories of transvestites and transsexuals in Belo Horizonte: Being "T" and "Being Prostituta"

Andresa Maria de Souza Sofal*

Mônica Martins de Oliveira**

Patrícia Helena Martins Rodrigues***

Thaís Alexandra Costa-Silva****

Luiz Paulo Ribeiro*****

Resumo:

Este artigo se debruça sobre as relações da travestilidade/transexualidade e à prostituição em Belo Horizonte, questionando sobre quais acontecimentos na trajetória de vida das travestis e transexuais influenciaram na vivência da prostituição. Trata-se de um estudo qualitativo com seis travestis e transexuais que estão ou já estiveram prostitutas em Belo Horizonte, sendo selecionadas pelo método “bola de neve”. A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas, sendo que o roteiro foi construído de forma que as participantes fizessem um traçado sobre suas trajetórias pessoais, perpassando por elementos institucionais e das políticas públicas como a família, escola, o trabalho, a relação com a prostituição e a identidade de cada uma delas. A análise de conteúdo categorial possibilitou relacionar as trajetórias, destacando os pontos comuns ao grupo, em que as experiências vivenciadas pelas travestis nas instituições família, escola e a discriminação e a exclusão no mercado de trabalho formal contribuem para a inserção na prostituição. A partir da análise da fala das entrevistadas, fica explícita a necessidade de uma maior aproximação do Serviço Social na luta pela efetivação dos direitos da população LGBT.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Transgeneridade. Prostituição. Serviço social. Políticas públicas.

Abstract:

This study focuses on the relationships of gender transvestite and transsexual identity and prostitution in Belo Horizonte, asking about which events in the life trajectory have influenced the experience of prostitution. It is a qualitative study with six transvestites and transsexual prostitutes in Belo Horizonte, selected through the "snowball" method. Data collection was done through semi-structured interviews, and the script was built for the participants to talk about their personal trajectories, family and institutional experiences, as well as their insertion in public health, work and

¹ Ser “T” refere-se à sigla LGBT em que a letra representa os sujeitos de identidade de gênero travesti e transexual.

* Assistente Social graduada pelo Centro Universitário de Belo Horizonte.

** Assistente Social graduada pelo Centro Universitário de Belo Horizonte

*** Assistente Social graduada pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UnibH)

**** Assistente Social graduada pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UnibH).

***** Doutor em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (FaE-UFMG), Mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FM-UFMG). Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Atualmente atua como Psicólogo no Núcleo de Estratégia em Saúde da Família do Distrito de Santa Teresinha de Minas, no município de Itatiaiuçu/MG e como Professor Adjunto I no Centro Universitário de Belo Horizonte (UnibH).

education policies. Content analysis made it possible to relate the trajectories of the participants, highlighting the points common to the group, in which the experiences experienced by transvestites in family, school institutions and discrimination and exclusion in the formal labor market contribute to the insertion in prostitution. Based on the analysis of the interviewees' speech, the need for a closer approach to Social Work in the struggle for the rights of the LGBT population is explicit.

Key-words: *Gender identity. Transgenre. Prostitution. Social work. Policies.*

Introdução

A travestilidade e a transexualidade, como formas de expressão da identidade de gênero, colocam em questionamento os padrões heteronormativos e a categoria binária, envolvendo gênero, sexo e sexualidade enquanto construções sociais. Tais construções ainda colocam a travestilidade e a transexualidade nos manuais de transtornos mentais, reduzindo-as ao aspecto patológico. Por vezes, as construções socialmente impostas envolvendo sexo biológico e gênero, com padrões sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, colocam às travestis e mulheres trans em um contexto de exclusão, discriminação e negação de direitos, sendo consideradas indivíduos que transgridem a ordem vigente da sociedade.

No entremeio da discussão sobre a constituição dos papéis de gênero, o tema do presente estudo versa sobre as relações entre a travestilidade/transexualidade e a prostituição em Belo Horizonte, com intuito de ampliar a discussão do assunto tanto no meio acadêmico quanto na sociedade em geral. O questionamento desta pesquisa foi: quais acontecimentos na trajetória de vida das travestis e transexuais influenciaram na vivência da prostituição? Tendo em vista que, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis do Brasil se prostituem (PINTO, 2016). Dessa forma, a escolha do estudo foi impulsionada pelo interesse em saber por que esse grupo social é encontrado em locais de prostituição e analisar como suas experiências de vida e a sua inserção nas políticas públicas influenciaram em sua inclusão nesse meio.

A marginalização, a pobreza e a prostituição são colocadas como algo natural à vida das travestis. “As travestis, em geral, possuem baixa escolaridade, o que contribui para a falta de qualificação profissional e o agravamento da estigmatização em razão da sua identidade sexual.” (PELÚCIO, 2005, p. 245). Essa baixa escolaridade é, na maioria das vezes, justificada pela dificuldade que as travestis encontram para se manterem em um ambiente de fortes experiências de discriminação. Nesse processo de exclusão, é preciso considerar

também as experiências vivenciadas pelas travestis e transexuais junto às suas famílias, uma vez que, muitas vezes, a iniciação à prostituição ocorre após o rompimento dos vínculos familiares (SILVA; BEZERRA; QUEIROZ, 2015).

Esta pesquisa também possibilita a reflexão acerca do papel do Serviço Social e do Estado na busca de efetivação de direitos dos grupos mais vulneráveis à segregação do mercado de trabalho, bem como sobre as políticas públicas que amparem essa população. Tendo em vista que o assistente social é o profissional que trabalha diretamente com as expressões da questão social e orientado pelo Código de Ética, ele se empenha na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças, o que contribui de forma significativa na luta pelos direitos do grupo LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

Identidade travesti e transexual: diversidade, direitos e prostituição

O termo travestilidade deriva do termo travesti que teve origem na língua francesa, como variante de burlesque, gênero artístico, relacionado ao erotismo. “Travestie” era a expressão usada para referir à forma de vestir das mulheres em casas de espetáculos. Na língua inglesa, o termo “travestie” foi criado pelo sexologista alemão, Dr. Magnus Hirschfeld, referindo a pessoas que se vestiam com roupas do sexo oposto (CASSEMIRO, 2010). Esse autor elucida que a figura travesti na Inglaterra expressava o desejo oculto das pessoas, transgredia os padrões e normas sociais. Suas vestimentas apontavam as diferenças entre homens e mulheres, além de ir contra os padrões morais da sociedade.

As travestis são definidas, sob o olhar da literatura antropológica mais atual, como indivíduos que, através do processo de transformação e ornamentação do corpo, procuram aproximar sua imagem à do sexo oposto. Acerca das definições de diferenciação, as travestis se declaram mulheres e, por meio de maquiagem, roupas, silicones e medicamentos (hormônios femininos), interferem na transformação do corpo, no entanto, preservam o sexo biológico. Diferentemente, as transexuais consideram ter nascido com o corpo errado, afirmando serem mulheres presas em um corpo de homem. O órgão sexual é visto como algo que deve ser excluído, dessa forma elas manifestam desejo de passar pela cirurgia de transgenitalização (JAYME, 2004).

O corpo para as travestis e transexuais é compreendido como a expressão chave no processo da sua identificação de gênero, elas produzem e reproduzem seus corpos através de adereços femininos. Transformam o próprio corpo e mudam de nome, esses indivíduos desafiam sua condição biológica, rompendo com a ideia da categoria binária, fixa e imutável (CASSEMIRO, 2010).

Devido ao fato da identificação com o gênero ser contrário ao sexo biológico, a transexualidade é identificada como transtorno de identidade de gênero. De acordo com a American Psychiatric Association, o termo foi modificado para Disforia de gênero, acreditando ser um termo mais descritivo que o anterior, focando como um problema clínico e não como identidade por si própria, sendo a cirurgia de redesignação de gênero um dos recursos terapêuticos.

Para a realização cirúrgica é necessário preencher os critérios estabelecidos nos artigos 3º e 4º da Resolução nº 1.955/2010 do Conselho Federal de Medicina, que estipula o prazo mínimo de dois anos de acompanhamento de uma equipe multidisciplinar para a realização da intervenção cirúrgica, bem como a maioria do indivíduo e o diagnóstico de transgenitalismo.

Transcorrido o tempo estipulado e o usuário tendo condições clínicas e comprovação do diagnóstico, ele pode ser encaminhado ao procedimento cirúrgico. Entretanto, no Sistema Único de Saúde, esse processo pode ser demorado (FERRARI; CAPELARI, 2014) e a morosidade do processo de diagnóstico do sistema público e a discriminação social nega à esses indivíduos o direito de exercerem sua subjetividade, excluir o estigma da patologização e reconhecer que a transexualidade é uma expressão da identidade de gênero e não uma doença.

Como as travestis não apresentam desejo de realizar a cirurgia de redesignação de gênero, são excluídas e apresentam dificuldade de acesso aos serviços de saúde e às tecnologias de transformação corporal. A lógica binária é insuficiente em dar conta das experiências subjetivas de posicionamento diante da diferença sexual (CORDEIRO, 2014). A esses sujeitos que não se enquadram na categoria binária, a expressão da personalidade está sendo negada. “Ser travesti implica necessariamente em transgredir a norma e em sofrer com o peso do estigma, implica em estar socialmente inserido em uma condição de alta vulnerabilidade, pois a sociedade só lhe oferece a possibilidade do não-lugar” (SILVA; BARBOZA, 2005, p. 41).

Diante da violação e negação dos direitos ao assumirem suas identidades de gênero, as travestis e transexuais enfrentam dificuldades para permanência na escola e inserção no mercado de trabalho. A ausência delas no mercado de trabalho é resultado da estigmatização e do preconceito os quais estão expostas (IRIGARAY, 2010). A discriminação e a violência contribuem para a evasão escolar, o que dificulta a conclusão dos estudos por parte das mesmas. Partindo desse ponto, percebe-se que existe uma relação entre a violência vivenciada e a baixa qualificação profissional desses indivíduos.

De acordo com o relatório disponibilizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH), fruto do projeto “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população”, realizado entre os anos de 2011 a 2015, das 141 entrevistadas, 96,4% relataram ter sofrido algum tipo de violência. Com relação aos tipos de violência física, das 141 participantes: 73,8% sofreram tapas; 73,8% assaltos; 73,1% puxão de cabelo; 66,0% foram alvos de ovadas ou similares; 61,0% levaram socos; 55,3% foram vítimas de arma de fogo; 53,9% foram alvos de pedradas; 53,9% foram atingidas por arma branca; 37,6% sofreram beliscão; 33,3% já levaram cuspe; 17,0% foram alvos de tiros de paintball. De 140 entrevistadas, 31,4% foram alvos de arremesso de lixo.

Com relação aos motivos que contribuíram para a evasão escolar das 132 entrevistadas: 25,0% declararam o fato de começarem a trabalhar como o principal motivo; 18,2% declararam ter sido o preconceito sofrido na escola; 15,9% apontaram a conclusão do curso; 10,6% o fato de terem mudado de cidade; 9,9% responderam ter sido a violência na escola; 9,9% por não gostarem de estudar. O percentual de 6,1% apareceu para falta de apoio familiar e falta de recursos financeiros.

Já 1,5% das entrevistadas declarou as drogas como principal razão pela qual saíram da escola; 0,8% apontou o isolamento social; e 0,8%, a violência ou o preconceito social. No entanto, a pesquisa reforça que o fato de 25% das entrevistadas terem saído da escola pelo fato de começarem a trabalhar, não pode ser analisado fora de um contexto de discriminação.

Ainda segundo o relatório como forma de tentativa para inserção no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes, as áreas da beleza são destacadas como às mais procuradas, ou áreas de computação/telemarketing, entendidas como sendo

favoráveis a menor exposição da identidade de gênero, possibilitando maiores chances de conseguir emprego.

Nesse âmbito, sofrendo violências, negadas aos seus direitos e colocadas à parte no mercado de trabalho, muitas travestis encontram na prostituição uma forma de se sustentarem e de se incluírem. As trajetórias sociais de travestis se assemelham em muitos aspectos: vivências de exclusão e discriminação são parte do cotidiano de muitas delas. Essa similaridade nas construções sociais de travestis é resultado de uma naturalização e banalização da travesti em locais de prostituição.

A família, a escola, o mercado de trabalho e outros espaços de socialização são excludentes e discriminatórios para as travestis, dessa maneira esses fatores acabam sendo alguns dos motivadores para que elas acabem optando por trabalharem como prostitutas. Porém, o processo de ida das travestis para prostituição deve ser considerado não somente na perspectiva do trabalho, mas também como um processo de afirmação da identidade travesti.

Esse espaço se torna um local de socialização, é onde elas aprenderão os “truques”, maquiagem, hormonização, dentre outros elementos que compõem o universo da travestilidade e da transexualidade. Desse modo, a prostituição torna-se para elas uma rede de apoio em uma sociedade que as exclui. É nesse local que ela se sente aceita, se sente um sujeito como todos os outros.

Reconhecer a prostituição como espaço de socialização não deve ser justificativa para banalização dessa prática. É preciso considerá-lo em sua totalidade e percebê-la como algo introjetado em nossa cultura machista e que reproduz comportamentos que não produzem questionamentos sob aquilo que é considerado natural.

Cabe ressaltar que a palavra trabalho relacionada à prostituição ainda causa estranhamento, uma vez que a profissão esteve por muitos anos relacionada à criminalidade perante o Estado ou ao pecado diante da moral da Igreja. Somente em 1982 a prostituição é descriminalizada no Brasil, porém ainda não legalizada, continuando no âmbito do abolicionismo. Ou seja, se não é crime, ela é um fato tolerado.

Para nossa constituição o que equivale à crime é o favorecimento da prostituição, obrigar, forçar ou coagir uma pessoa a entrar na prostituição, possuir e coordenar/gerenciar bordéis e boates, e o tráfico humano (WAGNER; SANTIN, 2016, p. 8).

As questões relacionadas à legalização da prostituição ainda geram muitos embates entre aqueles que defendem e aqueles que são contra. Embora desde 2002 o Ministério do Trabalho e Emprego tenha regulamentado a profissão, ainda não ganhou uma legislação que reconheça oficialmente a profissão. Aqueles que defendem a legalização alegam que, a exemplo de países como a Alemanha, quando há um amparo da lei e são garantidos os direitos trabalhistas, há uma diminuição das práticas de exploração sexual, e nesses locais houve também uma diminuição da proliferação de doenças sexualmente transmissíveis (FEIJÓ; PEREIRA, 2014).

Assim, o olhar sobre a prostituição travesti e transexual não deve ser moralizante, visto que, como sujeitos, elas poderão escolher os espaços que querem ocupar, o trabalho que desejam desempenhar e autonomia sobre seus corpos. Desde que nenhuma outra alternativa lhes sejam negadas, permitindo assim que a prostituição seja, de fato, uma escolha.

Metodologia

A pesquisa em Serviço Social assume grande importância para a prática profissional a medida que a busca por respostas que impulsionem a formulação de propostas profissionais mais efetivas e de forma a trazer materialidade ao projeto ético-político da profissão, colocando teoria e prática como dimensões inseparáveis (IAMAMOTO, 2000). Assim, o presente estudo se orienta pelo método dialético crítico e fundamentado pelo materialismo histórico, procurando entender a realidade social e fazer uma leitura crítica do fenômeno da prostituição na trajetória dos sujeitos da pesquisa.

As seis participantes da pesquisa são travestis ou mulheres trans que estão ou já estiveram prostitutas em Belo Horizonte. Foram selecionadas através do método bola de neve, isto é, “[...] uma forma de amostra não probabilística realizada em pesquisas sociais, em que os primeiros participantes do estudo indicam outros, que conseqüentemente, indicarão outros e assim sucessivamente, até o objetivo ser alcançado a ponto de saturação” (BALDIN; MUNHOZ, 2011, p. 332).

O método bola de neve proporcionou que novos sujeitos pudessem compor o estudo, uma vez que embora todas elas tenham sido indicadas como travestis (na indicação “bola de neve”), ao longo da entrevista algumas delas revelaram uma identidade trans. Esse

fato, porém, não descaracterizou ou prejudicou o andamento da pesquisa, já que as vivências de travestis e mulheres trans estão intrinsecamente ligadas.

Há que se notar que nenhuma das entrevistadas realizou a cirurgia de transgenitalização e, até o momento da entrevista, não apresentavam tal desejo. Destaca-se também, nesse processo de identidade, uma possível influência do Transvest², que trouxe a algumas delas um novo olhar sobre a questão da transexualidade.

Seguindo os princípios éticos, cada um dos participantes assinou, de forma voluntária, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando com a participação na pesquisa. Por questões de não identificação, optou-se por apenas delimitar os participantes da pesquisa por números.

A entrevista foi organizada de forma semiestruturada e o roteiro seguido foi construído de forma que as participantes fizessem um traçado sobre suas trajetórias pessoais, perpassando a família, a escola, o trabalho, a relação com a prostituição e a identidade de cada uma delas. As entrevistas foram todas gravadas e transcritas de forma literal. Para a análise dos dados, o método escolhido foi a análise de conteúdo (BARDIN, 2010).

Apresentação e Análise dos Resultados

A análise de resultados apresenta quatro pontos comuns nas trajetórias das entrevistadas, sendo: construção identitária, o contexto familiar, a transgeneridade e as políticas públicas, com ênfase na educação e na saúde e a relação entre ser transexual ou travesti e “estar prostituta”, que discute a questão da inserção no mercado de trabalho formal.

Construção identitária: travestilidade(s) e transexualidade(s)

“A montagem das travestis [...] requer, além de trejeitos, maquiagem, cabelo “de mulher”, uma intervenção corporal feminina que esteja explícita “24 horas por dia”, ou seja, o masculino precisa estar oculto” (JAYME, 2004, p. 9). Porém, as travestis são comumente

² Cursinho de pré-vestibular e outras atividades artísticas para pessoas transgêneras. Além de oferecer a formação necessária para o ENEM, desenvolve trabalhos de sensibilização e fortificação das identidades.

marcadas pela exclusão “[...] desde a tenra idade, quando começa apresentar comportamentos diferentes do que é esperado para o seu sexo já que a concepção de gênero é tradicionalmente relacionada à anatomia humana” (SANTOS; SANTOS, 2011). Dessa forma, ser travesti é se arriscar.

E ser travesti é aquela questão, né? Você matar ali um dragão por dia, você enfrentar a sociedade, você passar por cima de vários obstáculos. E você entender que a partir do momento que você se veste uma roupa de mulher, que você impõe uma posição de mulher, mesmo você não sendo biologicamente, você está arriscando a várias situações, você tá arriscando a sua vida, a sua alma, a tudo. [...] E a questão de ser travesti é resistência, sempre. Porque a partir do momento que você se assume essa identidade travesti, você tá ali, qualquer momento, várias situações, infelizmente. Porque, né, nem todas as pessoas têm grande aceitação, bem aceito na sociedade, que tem esse entendimento de respeito. E assim vai (Entrevistada 6).

Já a entrevistada 2 expôs que ser travesti é uma questão de autoidentificação, mas para ela é “trabalhar na rua, sofrer, né, o que as travestis sofre na rua é resistência” (Entrevistada 2). Essas duas falas revelam um ponto importante e comum entre as trajetórias de vida das entrevistadas: a violência. Ao frisar que ser travesti é sofrer e ao falar da resistência necessária à população trans, elas dizem do preconceito da sociedade, o que ocasiona a discriminação e a exclusão.

[...] as pessoas parecem que não sabem lidar com a gente, mas eu acho que é meio um descaso que elas insistem em não ver porque... não é possível! Tem tanto tempo, eu não sou a primeira travesti que nasceu, assim, teve várias antes de mim, então assim, eu acho absurdo ainda como a forma que a sociedade lidar com as travestis e as transexuais porque não tem, não tem nexo, é uma coisa meio sem noção mesmo (Entrevistada 1).

O corpo também apresenta sua problemática na vivência delas, compreendido como a expressão chave no processo da sua identificação de gênero. Elas (re)produzem seus corpos através de adereços femininos, (re)configuram o próprio corpo e “mudam” de nome, com isso desafiam sua condição biológica, rompendo com a ideia da categoria binária, fixa e imutável (CASSEMIRO, 2010, p. 48). Tornar-se travesti é um processo, “ninguém acorda travesti”:

[...] as coisas vão acontecendo e a gente não vai se identificando com o corpo que a gente nasceu, entendeu? Então pra gente ser feliz a gente começa a, depois de muita luta, muita briga, muitas decepções, a gente começa a construir nosso corpo da maneira que a gente acha melhor (Entrevistada 3).

A partilha do processo de se tornar travesti é algo que auxilia na relação de visualizar o (novo) corpo. Conforme a entrevistada 1, o apoio de outras “trans” foi essencial na sua transição: “[...] depois eu conheci as meninas trans que me falaram sobre hormônios, é como eu fazer minha feminilização, para mudar meu corpo, aí assim começou o processo” (Entrevistada 1). A entrevistada 5 conta um pouco sobre como aconteceu sua transição, lembrando que

[...] eu comecei a me transformar, elas começaram a me dar hormônios, é uma longa história [...], o meu cabelo, eu nunca gostei de cabelo grande, agora não, agora eu tenho cabelo grande, né? Eu nunca gostei de cabelo grande, então, na época quando eu comecei a deixar meu cabelo crescer, a minha mãe, eu lembro disso até hoje, eu comecei a usar boné. [...]. Eu comecei a fazer isso e deixava meu cabelo crescer. E tomando hormônio e trabalhando. E no trabalho eu já usava já boné e ficava usando boné e usando hormônio. O peitinho começou a... né? (Entrevistada 5).

Tomar hormônios, colocar silicone e construir seus corpos a partir dos seus desejos traz à tona uma (nova) identidade em que ser travesti deixa marcas no corpo, na sociabilidade e na subjetividade.

Porém, ser travesti é diferente de ser transexual, a entrevistada 4 assegura que essa diferença se revela no comportamento, na feminilidade, no respeito e no modo de agir. Segundo a mesma, “se uma mulher é delicada, uma trans tem que ser duas vezes mais delicada” (Entrevistada 4). As travestis se declaram mulheres e, por meio de maquiagem, roupas, silicones e medicamentos (hormônios femininos), interferem na transformação do corpo, no entanto, preservam o sexo biológico (JAYME, 2004).

Diferentemente, as transexuais consideram ter nascido com o corpo errado, afirmando serem mulheres presas em um corpo de homem e por vezes optam pela cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva. Essa diferenciação feita por elas pode ser resquício da formação social desempenhada pelo cursinho pré-vestibular Transvest.

Sendo assim, é possível perceber que a travesti e a transexual não se identificam com seu gênero de nascimento e buscam sua realização pessoal através de transformações

físicas, que traduzam sua identificação de forma externa. O corpo é tido como elemento principal na transição, uma vez que exprime seus desejos e sua real identidade.

É possível perceber também que há diferenças entre travesti e transexual, que pode ser entendida por questões voltadas à autoidentificação, sendo distinta pela questão da cirurgia plástica. No entanto, ambas têm trajetórias de vida semelhantes, inclusive no que tange ao preconceito e discriminação sofridos.

O contexto familiar

É comum o relato de que a família, por vezes, não sabe como proceder diante da demonstração da sexualidade dos filhos, as ideias contraditórias contribuem para conflitos e dificuldade de aceitação diante dessas demonstrações. Nesse caminho, analisar estereótipos e preconceitos, além de demonstrar respeito às diferenças é necessário, uma vez que é na família que os indivíduos procuram apoio e segurança para o enfrentamento de conflitos (ALMEIDA; CENTA, 2009).

A família é vista como importante e considerada a sustentação, de acordo com o que diz a entrevistada 5, “A família é a... acho que não só pra gente, pra qualquer ser humano, a família é o alicerce, né, sustentação. Não só pra gente, travesti, pra todo o mundo” (Entrevistada 5).

A entrevistada 3 reforça a importância da família e acrescenta que:

[...] a travesti, quando ela tem o acolhimento da família, ela consegue estudar, ela consegue entrar num trabalho formal ou então ela mesmo constrói o seu trabalho [...] (Entrevistada 3).

Apesar de sua relevância, a família pode ser percussora da exclusão, quando algum de seus membros “desvia” da conduta tida como correta por esse grupo. Ao se depararem com um membro que não segue as normas da família e/ou desconsidera tradições, valores e crenças, essa pessoa é rejeitada e começa a ser excluída dentro da própria família. Essa situação acontece e faz parte da história de vida de muitas travestis.

Segundo a entrevistada 1, “[...] a maioria das travestis e transexuais saem muito novas de casa, assim que se assumem com a questão de, de se modificar ou a questão mesmo de assumir os seus desejos, elas são expulsas de casa pela família [...]” (Entrevistada 1).

Ao se depararem com um homem que não se identifica como tal e tem em seu íntimo a identidade de uma mulher, a família, em primeiro momento, pode se assustar e não aceitar tal situação (ALMEIDA; CENTA, 2009). Com o passar do tempo, pode ser que haja maior reflexão por parte dos membros desta, o que pode os fazer mudar de ideia e ter conceitos ampliados, buscando entender à pessoa e o comportamento humano.

No entanto, existem pessoas que não aceitam e não permitem que exista alguém diferente dentro de sua família, o que leva à rejeição e à discriminação em seu seio familiar. Tal fato foi vivenciado pela entrevistada 3, que foi expulsa de casa aos 12 anos de idade. Quando a exclusão acontece dentro da família, elas podem se sentir desamparadas frente à não aceitação e à negação por parte de seus entes.

Eu acredito que se a família apoiasse mais ou apoiasse ou aceitasse as transexuais do jeito que elas são seria muito mais fácil, porque é um fardo muito pesado que nós carregamos, por ser trans, porque a sociedade discrimina a gente muito no dia a dia, então quando a família apoia, fica do lado das meninas é mais fácil porque aí evita ter que sair de casa e de ter que ir pra alguns rumos que nem o da prostituição, quando você tem o apoio de alguém fica mais fácil, porque além de você ser transexual, se sua família te abandona você tem que procurar uma forma de se sustentar e é o que leva elas pra essa questão de ter que se prostituírem, sei lá qualquer outro serviço informal (Entrevistada 1).

Ao analisarmos a sociedade, é possível perceber a existência do preconceito pela falta de conhecimento e resistência ao ser diferente. Esse assunto ainda precisa ser discutido para que possamos ampliar nossa visão sobre a identidade de gênero. A entrevistada 2 reforçou que a rejeição por parte da sociedade ainda existe. Segundo ela, “[...] a família ajudar é bom, mas e o que... quem tá lá fora na sociedade, o resto da sociedade. Que nem minha família demorou um pouco mas me aceitou, mas as pessoas na rua não me aceitam até hoje” (Entrevistada 2).

O desamparo, a não aceitação, o preconceito e a discriminação podem ocasionar problemas às travestis e às transexuais, sendo eles tanto de ordem clínica, quanto psíquica. A entrevistada 1 relatou ter vivenciado momentos em que o preconceito e a discriminação da sociedade fizeram com que a mesma tivesse problemas de saúde, uma vez que tinha medo de sofrer algum tipo de violência.

O apoio da família contribui para a autoestima das travestis, o que possibilita o seu empoderamento, estimulando-a a lutar por seus direitos e contra qualquer forma de preconceito e discriminação. É possível notar nas falas das entrevistadas a importância da

família e a sua influência nas trajetórias de vida das mesmas, seja de forma positiva ou negativa. E que, em sua maioria, as entrevistadas vivenciam ou vivenciaram a não aceitação, seja esta por parte da família ou da sociedade, que às discriminam e excluem, uma vez que suas falas refletem a violência, identificada pela negligência e omissão da família, que expulsa a travesti de casa e/ ou através da agressão física e psicológica pela família e sociedade.

Impasses no acesso à educação e à saúde

Da mesma forma que a escola se mostra como local de aprendizado, possibilitando a troca de conhecimentos e experiências, também pode se mostrar como local discriminatório, sendo disseminador de preconceitos e tornando-se excludente. Essa realidade é vivenciada pelas travestis que, ao serem vistas como diferentes, não são aceitas pelos membros escolares, o que ocasiona a exclusão (SANTOS; SANTOS, 2011). Nota-se que a exclusão escolar da população “T” se dá quando pensamentos e ideias são difundidos e repassados nesse meio sem que haja reflexão, análise crítica e intervenção. O não entendimento e o preconceito geraram nas entrevistadas expulsões, evasão escolar, violências e discriminação. A discriminação e a violência podem ser notadas desde a equipe pedagógica até os demais alunos.

[...] ninguém entendia, né? Todo mundo caçoava, colocava apelido e os professores na época num se envolvia com nada. Isso tudo tornava violência, né? A gente apanhava, brigava, né? Os professores chamavam os pais porque não entendia e acabavam fazendo com que a gente passasse vergonha, né? Vexame muito grande (Entrevistada 3).

Ao se depararem com brincadeiras e ser alvo de piadas, humilhações e agressões, sejam elas físicas ou psicológicas, pelos membros do ambiente escolar, a travesti começa a sentir-se diferente.

Eu nunca tomei bomba, fui até o terceiro ano assim e parei de estudar por conta que na época muito preconceito, eu invernei no mundo das drogas e tal, da prostituição que eu não aguentei a pressão eu queria ir pra uma realidade... pra outra realidade que não fosse essa aqui (Entrevistada 2).

Apesar de uma triste realidade, a negação de direitos e a discriminação e preconceito não se encerram no âmbito escolar/educacional, elas também são verificadas no âmbito da saúde pública em que além de olhares desconfiados, conversas em voz baixa e falta de tato no acompanhamento médico e de enfermagem, muitas das vezes são ridicularizadas ao não serem chamadas pelo nome social.

As entrevistadas 1, 2 e 6 relataram maiores dificuldades em seus atendimentos, por questões relacionadas ao preconceito e à falta de respeito. A entrevistada 2 relatou não ser recebida, uma vez que seu nome social não é considerado. “É recebida outra pessoa lá, né, que eles falam. Que eles não respeitam meu nome social, não respeitam a minha história de vida, eu chego pra lá, eu sou um lixo. Pra eles, né, na cabeça deles, objeto, né” (Entrevistada 2).

Entretanto, as entrevistadas 4 e 5 reforçaram serem bem recebidas e atendidas nos postos de saúde do local em que vivem, sem maiores problemas. “Eles me chamam pelo meu nome social, entendeu? Então é super tranquilo aqui” (Entrevistada 5). “Respeitam, tanto que lá onde eu vou tem, tem entre parênteses bem grande (o nome social). [...] Nunca me chamam por meu nome verdadeiro” (Entrevistada 4). “4” e “5” relataram terem seus nomes sociais respeitados e nunca terem passado por situações constrangedoras durante os atendimentos.

A entrevistada 1 relata grande descaso por parte da equipe do posto de saúde em que é atendida. A mesma conta que, em uma ocasião, ao solicitar que fosse chamada pelo seu nome social, a atendente anotou seu nome, mas ao chamá-la para ser atendida, falou o nome social e, em seguida, seu nome de registro, o que lhe causou constrangimento. No entanto, a mesma explica que prefere não brigar e ignorar à situação em algumas ocasiões para evitar maiores problemas.

“[...] às vezes você tem que evitar ou porque você tá passando mal e precisa de ser atendida no hospital, no posto público, aí você vai xingar a pessoa, eles não vão nem te atender. Porque é isso que eles falam, “você tá louca, você tá dando piti”” (Entrevistada 1).

Mesmo tendo seu nome retificado, a entrevistada 6 diz que sempre existe algum problema ou dificultador. A mesma relatou que, na última vez que precisou utilizar o serviço de saúde, chamaram-na pelo seu nome social, o que não é suficiente, falta tratarem-na com respeito.

Já a entrevistada 3, apontou que travestis e transexuais não são atendidas pelo serviço de saúde pública e reforçou que isso se deve ao fato de não serem consideradas seres humanos. Para ela, pessoas relacionam travestis e transexuais a doenças sexualmente transmissíveis e, por isso, sentem nojo e não gostam nem de encostar na pessoa. E reforça que, para haver um atendimento de qualidade, é necessário sensibilidade.

Não! A gente nunca foi recebida! A gente nunca foi recebida pela porta da frente. A travesti e a transexual ela só ocupa esse espaço quando ela leva um tiro, uma facada, aí ela vai pro posto de saúde. Se ela tiver sorte e encontrar atendentes bons, ela vai ser atendida rápido. Se não, ela vai ser deixada lá, porque a comunidade não é vista como ser humano. Ninguém vê travesti e transexual como ser humano, entendeu? É totalmente diferente. Se ela for negra ainda, ainda é pior ainda. Ela vai sofrer mais preconceito [...] porque as pessoas ainda tem nojo, acha é... se colocar a mão numa travesti vai pegar AIDS, vai pegar doenças sexualmente transmissíveis, entendeu? É... fala que não vai atender porque tá com uma roupa não adequada, né, porque tá com uma roupa muito curta, que tá na rua. Então tudo isso é um processo que as pessoas pra atenderem a esse público, ela tem que ter, é, no mínimo é... uma sensibilidade sabe, ela tem que realmente é... ser uma pessoa sensível. Se não, não faz mesmo (Entrevistada 3).

Enfim, é possível perceber que o nome social é uma conquista da população trans, mas ainda não é respeitado por todos, sendo necessário um olhar atento da sociedade e, de forma singular, dos profissionais da saúde para que suas ações não propaguem o preconceito e não ocasionem a discriminação. Na discrepância do respeito ou não do uso do nome social nos atendimentos de saúde nota-se, ou pensa-se, que há certo progresso dos profissionais de saúde em relação à identidade de gênero. Há relatos de mudança das questões no sistema de saúde em relação a atenção à saúde da população LGBT quando há situações de violência LGBTfóbica (ALBUQUERQUE; ALVES; PARENTE, 2016).

Trabalho e informalidade: “estar prostituta”

Percebe-se a relevância do trabalho para as entrevistadas através de suas falas. Segundo as entrevistadas 2 e 3, o trabalho é visto como dignidade.

Ah, o trabalho é a dignidade da pessoa, você trabalhando você tem como se sustentar, né? A pior coisa do mundo é você ter que pedir alguma coisa a alguém, né, ficar implorando, você trabalhando você tem como se sustentar, entrar numa loja, comprar o que você quer, né? Todo mundo tem desejo como qualquer outra pessoa (Entrevistada 3).

A entrevistada 5 considera o trabalho formal de extrema relevância para o ser humano, mas revela que ficou surpresa ao descobrir que, ao se assumir travesti, não poderia mais trabalhar no mercado de trabalho formal. “Só que eu caí nessa sem saber que, eu virando travesti, a gente não pode trabalhar. Eu parei de trabalhar depois que eu virei travesti”. (Entrevistada 5). A mesma relatou ter sido demitida da lanchonete que trabalhava assim que sua transição se mostrou perceptível. A entrevistada 2 também relatou ter sido dispensada do trabalho após admissão de um gestor que a discriminava.

Aí esse gerente foi saiu e entrou outro gerente, esse gerente não tinha conhecimento nenhum de como funcionava a franquia e ele usou disso pra me mandar embora. Que ele falava assim “ah, que... ela acha que é mulher” [...]. Aí falaram assim que eu era abusada, que eu deixava queimar os molhos e tal, mas era porque eles faziam pressão psicológica em mim eu não funciono sobre pressão. Aí foi e eles falaram que me mandaram embora por conta de incompetência, mas na verdade era preconceito puro e explícito. [...] A dona lá era até gente boa, mas quando o pessoal não quer não adianta a dona ser gente boa, o resto era má pessoa, não tinha cabeça aberta (Entrevistada 2).

As falas das entrevistadas revelam uma das dificuldades das travestis e das mulheres trans: a inserção no mercado de trabalho formal, que reflete a discriminação social ou a falta de qualificação, em razão da evasão escolar, ocorrida pelo preconceito. As travestis e as transexuais não possuem espaço no mercado de trabalho formal pelo preconceito existente na sociedade e, por isso, inserem-se na prostituição (VASCONCELLOS, 2014).

Ah, tem vários problemas, né. Questão de... de não ser aceita na sociedade, cê for procurar emprego formal, muito difícil, as pessoas barram isso por, pela questão da sua transição, eles veem seu registro masculino e... eles não, nunca tão dispostos a dar vaga para você nos meios de trabalho porque foge do conceito heteronormativo, daquela questão natural, né, das pessoas, “ai, que é homem ou é mulher”. (Entrevistada 1).

Ao destacar os motivos pelos quais as travestis se inserem na prostituição, a entrevistada 3 expõe três elementos: falta de apoio familiar, evasão escolar e, conseqüentemente, não inclusão no mercado de trabalho formal.

[...] elas entram na prostituição porque a maioria delas são expulsas de casa, né, desde o momento que a pessoa é expulsa de casa, ela não consegue estudar e nem trabalhar, porque você pra trabalhar, você tem que ter o básico, você tem que ter uma casa, onde você vai dormir, onde você vai comer, vai ter sua roupa lavada,

num é? Agora se uma pessoa pra ficar numa esquina é, a noite inteira se prostituindo, ela não vai ter como fazer isso. Entendeu? Então, é o mínimo. Por isso que eu te falo, quando a família acolhe é muito mais fácil, né, a travesti conseguir fazer alguma coisa, têm meninas aí que estão aí estudando, fazendo faculdade, né, mas depois que ela cai na rua não tem jeito, entendeu? Porque é como eu te falei, a prostituição é uma faca de dois gumes. A mesma sociedade que te mata é a mesma que te sustenta (Entrevistada 3).

A afirmação da entrevistada em relação à prostituição ser uma “faca de dois gumes”, uma vez que a mesma sociedade que a discrimina é a mesma que a mantém, é reafirmada na fala da entrevistada 4, que diz:

Discrimina mesmo. Mesmo aqueles homens que gostam, sai à noite, a noite faz e acontece, de dia vê, discrimina, xinga... E brasileiro é assim, né? Ele encontra a gente sozinha, faz festa com a gente, quando tá com a namorada joga até pedra na gente (Entrevistada 4).

Ao falar da prostituição, as entrevistadas relatam que não é o trabalho mais fácil, mas foi o que não a rejeitou, diferente do mercado de trabalho formal. A respeito do assunto, parte da sociedade brasileira vê a prostituição como uma forma de ganhar “dinheiro fácil” e afirmam que, de fato, tudo o que se precisa saber pode ser aprendido na prática (FERREIRA; PEREIRA; AMARAL, 2010). No entanto, questionam até que ponto se prostituir é fácil. Ao analisar às falas das entrevistadas é possível perceber que a inserção na prostituição se deu pela falta de oportunidades em suas trajetórias, não podendo ser entendida como apenas uma opção:

“Tem gente que fala “ah, cês ganham dinheiro muito fácil”. Não é fácil. A gente aguenta muita coisa assim. O bom lá que eu trabalhava assim em casa, tranquilo, mas mexe muito com o psicológico. A gente tem que ter o psicológico muito bom, muito preparado” (Entrevistada 4).

“Eu ainda lembro que eu fui procurar emprego ainda, mas, aí eu deixei os meus currículos, entendeu? Nunca me chamaram. Aí pensei, “ah, acho que vou ter que ir pra esse lado mesmo, entendeu?” (Entrevistada 5).

O fato de não serem aceitas no mercado de trabalho formal demonstra o preconceito da sociedade, que exclui o diferente e não dá oportunidade mesmo para aquelas que têm a formação exigida para o cargo, o que aconteceu com a entrevistada 1, que disse “[...] apesar que também todas as entrevistas que eu fiz eu fui barrada, só no

telemarketing que eu passei. Porque eles falam que ah, que “ah, não tem vaga e tal”, eles inventam um tanto de mentira” (Entrevistada 1).

Enfim, em sua maioria, as entrevistadas estão inseridas no processo de exclusão, que se inicia na família, que não as apoia, perpassando pela evasão escolar, provocada pela discriminação e ocasionando a falta de inserção no mercado de trabalho formal. Percebe-se então que a prostituição na vida da travesti se revela como escolha forçada pela falta de opção, uma vez que não se veem oportunidades no mercado de trabalho formal, seja pela falta de formação exigida pelo cargo ou pela discriminação, ainda que sejam qualificadas para tal.

Considerações Finais

Nascer com os órgãos sexuais masculinos ou femininos não quer dizer que haverá uma expressão de gênero, respectivamente, como homem ou mulher. No caso das travestis e das transexuais possuírem a genitália masculina e se identificarem com o gênero feminino, isso as impulsiona a modificarem o corpo, buscando uma expressão máxima da feminilidade como uma forma de alcançar a felicidade e a autoaceitação.

Preconceito, discriminação e exclusão são faces das experiências do cotidiano da população “T”. A violência se demonstra também através da negligência, das omissões, das agressões físicas e psicológicas. Estigmatizadas e colocadas à margem da sociedade, as travestis e as transexuais têm suas vidas, sociabilidades e subjetividades influenciadas diretamente por suas vivências excludentes.

O primeiro local onde elas encontram dificuldades para se expressarem é no âmbito familiar, o qual, muitas vezes, não as aceita e as discrimina. Essa rejeição pode provocar violência domiciliar, fugas de casa, métodos cirúrgicos arriscados, uso abusivo de álcool e drogas e, inclusive, a expulsão de casa. Porém, em alguns casos, a família pode apoiar, o que é de suma importância para o sujeito que considera a família como sua sustentação e sua segurança.

Apesar de serem sujeitos de direitos, na vivência social e nas políticas públicas, acaba não sendo diferente do encontrado junto à família. A escola é outro ambiente que exclui as travestis e transexuais, seja por parte do corpo docente, que desrespeita o diferente e agride verbal e fisicamente, quanto por parte do corpo discente que age com

descaso e indiferença, reforçando a negligência e omissão. Situações como essas dificultam a sua permanência na escola, agravando o desamparo social.

Em relação ao acesso à saúde não é diferente. Quando são recebidas, tem um atendimento carregado por discriminação, descaso e negligência, uma vez que nem sempre é respeitado seu nome social.

Ao buscar sua inserção no mercado de trabalho formal, elas se deparam novamente com a exclusão. Isso ocorre tanto pela falta de qualificação, justificada pela evasão escolar, quanto pela discriminação e não aceitação do diferente, mesmo que se tenham os pré-requisitos exigidos para o cargo.

Após vivenciarem a não aceitação da família, à evasão escolar - justificada pela discriminação e omissão, à não inserção no mercado de trabalho, pela falta de qualificação ou pela discriminação do diferente, travestis e transexuais não conseguem visualizar outra alternativa que não seja a prostituição. Nesse contexto, a inserção na prostituição se mostra enquanto "escolha forçada" pela necessidade de sobreviver. Percebe-se então que a trajetória da travesti e da transexual perpassa um processo de exclusão caracterizado pelo preconceito, discriminação, violência e muitos "nãos". Com isso, necessitando trabalhar e prover os meios de sua sobrevivência, elas se inserem na prostituição.

No entanto, não se pode desconsiderar o fato de existirem travestis e transexuais que se inserem na prostituição por vontade, a fim de entender melhor o universo feminino e a construção de sua identidade. Tal fato nos possibilita refletir que o real motivo que as levaram a se prostituírem foi a identificação com outras pessoas que têm histórias e trajetórias semelhantes, que poderiam entendê-las melhor, sendo uma questão de identificação e aceitação social, uma vez que a mesma é aceita da forma como é nesse meio.

Então é necessário refletir sobre a inserção delas na prostituição e pensar até que ponto pode-se considerar essa escolha como espontânea, uma vez que tal decisão se mostra "forçada" por determinantes de suas trajetórias como a falta de apoio familiar, discriminação, violência, evasão escolar e não aceitação social.

Assim, ao correlacionar Gênero, Exclusão Social e Políticas Públicas, o Serviço Social se mostra de grande relevância frente a essas dificuldades e obstáculos enfrentados pelas travestis, visto que luta pela garantia de direitos e é contra qualquer tipo de discriminação, seja ela por cor, raça, orientação sexual, religião, dentre outros.

Nessa concepção, o assistente social busca atuar junto ao sujeito a fim de trabalhar sua autonomia, uma vez que, fortificado e consciente de seus direitos, pode buscar sua efetivação. Concomitantemente, o profissional atua junto à família, fortalecendo os vínculos, propiciando diálogo aberto, reforçando a importância do meio familiar na vida dos indivíduos e ampliando o conhecimento entre os mesmos, a fim de que se tornem agentes de transformação.

No entanto, percebe-se que o trabalho do assistente social com o público LGBT e, especificamente com as travestis e transexuais, ainda se mostra como um desafio, uma vez que foram localizadas poucas ações efetivadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, as quais não demonstram a potencialidade da profissão, que tem possibilidade de atuar de forma muito mais eficaz frente às demandas dessa população.

Referências

ALBUQUERQUE, G. A.; ALVES, D. D. A.; PARENTE, J. S. Assistência a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais vítimas de violência nos serviços de saúde. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 36-48, 2016.

ALMEIDA, A. C. C. H.; CENTA, M. D. L. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 22, n. 1, p. 71-76, 2009.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. *Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária*. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10. , 2011, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: PUC, 2011. p. 329-341.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2010.

CASSEMIRO, L. C. *Tenho o direito de ser "Amapô": as trajetórias de travestis e transexuais face a implementação das políticas públicas de assistência social e saúde*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CORDEIRO, A. C. S. *Uma reflexão sobre saúde, corpo e gênero: experiências de usuários trans e travestis do consultório de rua*. In: REDOR, 18. , 2014, Recife. *Anais [...]*. Recife: Universidade Federal da Paraíba, 2014. p. 2730-2748.

FEIJÓ, M. E. V.; PEREIRA, J. B. Prostituição e Preconceito: uma análise do projeto de Lei Gabriela Leite e a violação da dignidade da pessoa humana. *Cadernos de Graduação*, Maceió, v. 2, n. 1, p. 39-57, maio 2014.

FERRARI, G. G.; CAPELARI, R. S. A despatologização do transtorno de identidade de gênero: uma crítica a patologização e o enaltecimento ao transtorno de identidade sexual nos indivíduos trans. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 11., 2014, Santa Cruz do Sul. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014.

FERREIRA, I. B.; PEREIRA, M. C.; AMARAL, S. G. P. D. *Prostituição: opção ou determinação social?*. [S.l.]: [s.n.], 2010.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IRIGARAY, H. A. R. Identidades sexuais não-hegemônicas: a inserção dos travestis e transexuais no trabalho sob a ótica queer. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD. 6., 2010, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: [s.n.], 2010.

JAYME, J. G. Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: identidade, corpo e gênero. In: CONGRESSO LUSO-AFRICANO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 8., 2004, Coimbra. *Anais [...]*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2004.

PELÚCIO, L. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 25, p. 217-248, jul/dez. 2005.

PINTO, W. *No mundo do trabalho, travestis e transexuais permanecem excluídas*. [S. l.]: Central única dos trabalhadores, 2016.

SANTOS, R. M. S. D.; SANTOS, A. D. S. As travestis e as dificuldades no cotidiano escolar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES 2011, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, 2011.

SILVA, E. L.; BEZERRA, W. C.; QUEIROZ, B. Os impactos das identidades transgênero na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. *Revista de terapia ocupacional*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 364-372, set/dez. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v26i3p364-372>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/88052/109664>. Acesso em: 03 nov. 2016.

SILVA, S. D.; BARBOZA, R. Diversidade sexual, Gênero e Exclusão Social na produção da Consciência Política de Travestis. *Athenea Digital*, Barcelona, n. 8, p. 27-49, 2005.

VASCONCELLOS, L. T. Travestis e transexuais no mercado de trabalho. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 10., 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2014.

WAGNER, D.; SANTIN, M. A. *Uma questão de direitos: legislação trabalhista para a prostituição*. 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Artigo-Daiane-Wagner.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

Recebido em: 19/02/2018

Aceito em: 20/01/2019